

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano
Coordenação de Projetos Diretoria de Parcelamento do Solo

Processo – nº 0390-000280/2009

Criação de Área para o Terminal Rodoviário – Recanto das Emas

RELATÓRIO

O Programa de Transporte Urbano do DF – Histórico de autoria do arquiteto Jorge L. M. Nazaré (CAU A9225-8/DF) UEGP/PTU/SEMOB que ora anexo a este relatório - prevê a construção de terminais rodoviários em diversas cidades satélites, com vistas à integração com corredor BRT. Esta política pública voltada para a melhoria da mobilidade urbana teve início através do proc. 390.000.279/2009, que foi sendo desmembrado em processos específicos, por satélite, sendo este em epígrafe objeto do terminal rodoviário do Recanto das Emas, cujos principais aspectos de sua viabilidade passo a reportar, valendo-me da análise integral do processo, mas, de forma especial, do despacho DISOLO 06/16 (fl. 171).

O terminal rodoviário do Recanto das Emas já está construído em lote criado pelo Projeto Urbanístico – URB 32/2007, abrangendo subcentro integrantes das quadras 400/600 daquela cidade satélite, incumbida a TERRACAP de providenciar registros cartoriais.

A autoria do projeto arquitetônico é do arquiteto Jorge L. M. Nazaré (CAU A9225-8/DF) e o custo total das obras foi de 3 milhões de reais, executadas pela construtora ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA.

Por sua vez, o IBRAM, por meio do Ofício nº 464.000.536/2010-SCP/SULFI/IBRAM (fl. 139), informa que a atividade em questão não necessita de licenciamento ambiental.

Há que se registrar que este processo, o referente ao terminal Samambaia Sul e o da Samambaia Norte (processos que ora relato) vêm a este Conselho para deliberação com os imóveis já construídos. Conquanto perceba-se obediência a todo regramento que sustenta a decisão deste Conselho para o fim de aprovar o processo, não deve, em minha opinião, o CONPLAN, a não ser em situação excepcional que justifique, receber para discussão processos cujo resultado é fático.

É o relatório,

VOTO

Voto, pois, pela aprovação do projeto, submetendo este posicionamento à consideração dos ilustres pares deste Conselho.



Roberto Marazi

Conselheiro Representante da OCDF

Assunto PTU - Programa de Transporte Urbano

De Anamaria de Aragão Costa Martins
<anamaria.martins@segeth.df.gov.br> 

Para ocdf@ocdf.org.br <ocdf@ocdf.org.br> 

Cópia marazi@ocdf.org.br <marazi@ocdf.org.br> 

Data 23.08.2016 14:17
<CAK1XLT91J_OxqR8MZcwSmF_uYawdg0iy-
nsdVSPHRyQBeN6CSA@mail.gmail.com> 



PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL
Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR

1 – HISTÓRICO

- Em 2004 o GDF apresenta Carta Consulta ao BID, se candidatando ao contrato de financiamento para o Programa de Transporte Urbano, com autorização para o Empréstimo pela Resolução nº 708/COFIEIX. O BID aprova o empréstimo em 2007;
- Entre 2004 e 2007 foram desenvolvidos Estudos Técnicos para caracterizar os componentes do Programa e sua viabilidade técnica e econômica. O BID elenca uma equipe técnica para avaliação e detalhamento do Programa.
- Unidade de Preparação do Programa - o GDF cria uma equipe técnica composta por representantes de todas as Secretarias e Órgãos envolvidos, com a missão de caracterizar o Programa, de acordo com as exigências do BID;
- A equipe técnica do GDF teve apoio de consultora especializada em planejamento de transporte urbano. Foram realizadas várias pesquisas e estudos. O Distrito Federal foi dividido em "zonas de tráfego", e a partir dos dados da Pesquisa Domiciliar e de outras pesquisas, foram identificados os desejos de deslocamento da população, com os destinos e motivos das viagens (estudo, trabalho, lazer, negócios, etc);
- O processamento dos dados permitiu desenhar a rede de transporte público coletivo do Distrito Federal, simulada em software específico, caracterizando as linhas de ônibus e tecnologia mais adequada, bem como a localização preferencial dos terminais de ônibus urbanos;
- Em 30/01/2008 foi assinado o Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR com o BID no valor de US\$ 157 milhões;

2 – OBJETIVO

- Promover a mobilidade no Distrito Federal, a fim de aumentar a integração dos núcleos urbanos da área metropolitana de Brasília e melhorar as condições de equidade e qualidade de vida da população;
- Em específico, a criação de vias exclusivas para ônibus e melhoria do acesso dos usuários nos veículos, nos pontos de paradas e nos terminais; construir ou reformar abrigos nos pontos de parada e terminais de ônibus; melhorar as ações do Governo com relação ao transporte, com o fortalecimento institucional; melhorar a segurança do trânsito para os pedestres, os ciclistas e os veículos; implementar o Sistema de Bilhetagem Automática; e implantar a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos.

3 – METAS

Além da execução dos projetos de engenharia, atividades de gerenciamento do Programa e de supervisão das obras, a operação também previa componentes de desapropriações, reassentamentos e compensação ambiental e social. Todas as cláusulas contratuais vêm sendo cumpridas nos prazos vigentes pela UEGP, com monitoramento do BID.

3.1	Intervenções e ações destinadas a melhorar a operação, a cobertura do transporte público coletivo e a viabilizar a implantação de um Sistema Integrado.
3.2	Obras de infraestrutura complementares para priorizar a operação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, principalmente no eixo leste oeste (Ceilândia – Taguatinga - Plano Piloto) (42.5 km).
3.3	Construção e reforma de terminais de ônibus urbanos e estações de integração com o metrô.

3.4	Adequação de interseções viárias para eliminar conflitos de trânsito mais críticos; cicloviárias; além de um Centro de Controle Operacional (CCO), um sistema de semáforos e um sistema de gestão e operação do transporte público coletivo.
-----	--

4 – ANDAMENTO FÍSICO DO PROGRAMA

Em 2016, o Programa está com aproximadamente 92% do Plano de Aquisições executado.

4.1	PROJETOS CONCLUÍDOS
4.1.1	Projeto Executivo de Engenharia Rodoviária - DF-085 (EPTG)
4.1.2	EIG (Estrada Indústria Gráficas) - Projetos executivos interseções e sinalização ônibus
4.1.3	Projeto Drenagem Pluvial Taguatinga
4.1.4	Av. Comercial e Av. Samdu - Projetos executivos de reestruturação
4.1.5	Av. Hélio Prates - Projeto executivo
4.1.6	Terminal TIM (Terminal de Integração com o Metrô) Estação 31 Fumas (Samambaia)
4.1.7	Projeto Executivo de Passagem Subterrânea entre Banco Central e Setor Hospitalar Sul – coordenado pela Vice-Governadoria
4.1.8	Projeto de Reforma de Terminais de Ônibus Urbanos (Gama Setor Central, Sobradinho Centro e Brazlândia Setor Tradicional)
4.1.9	Estudos técnicos para Implantação do ITS (Sistema Inteligente de Transportes) e Fortalecimento da Gestão de Transportes.

4.2	OBRAS CONCLUÍDAS
4.2.1	Adequação Viária da EPTG (DF-085)
4.2.2	Terminal de Ônibus Urbano de Brazlândia – Setor Veredas
4.2.3	Terminal de Ônibus Urbano do Riacho Fundo I
4.2.4	Terminal de Ônibus Urbano de São Sebastião
4.2.5	Reforma com Ampliação do Terminal de Ônibus Urbano do Setor "O" Norte – Ceilândia
4.2.6	Implantação de 450 abrigos de passageiros de ônibus
4.2.7	Implantação de 136 km de cicloviárias (NOVACAP), no Plano Piloto, Ceilândia, Santa Maria, Guará e Recanto das Emas
4.2.8	Implantação (DER) de 15 Passarelas para Pedestres e Ciclistas
4.2.9	Passagem subterrânea na EPTG (DER)

4.3	AÇÕES CONCLUÍDAS
4.3.1	Aquisição de equipamentos de monitoramento da qualidade do ar e sonora, incluindo capacitação técnica - IBRAM
4.3.2	Seminário Internacional de Urbanismo e do Estudo de Mobilidade – 2010 – Fortalecimento Institucional
4.3.3	Supervisão das Obras da DF-085 (EPTG)
4.3.4	Revisão e Consolidação do Modelo de Transportes do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF
4.3.5	Planejamento e Reassentamento de Ambulantes (Av. Hélio Prates)
4.3.6	Revisão do Planejamento Estratégico Institucional para a função transporte público
4.3.5	2 Intervenções para Tratamento de Pontos Críticos – Rua 7 em Sobradinho e Via Central – Guará I

5 – AÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA

5.1	AÇÕES EM ANDAMENTO
5.1.1	Reforma de 9 Terminais de Ônibus Urbanos: Setor P Sul Ceilândia, Setor M Norte Taguatinga, Taguatinga Sul, Guará I, Guará II, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina e Cruzeiro Novo
5.1.2	Construção de 8 Terminais de Ônibus Urbanos: Sobradinho II, Riacho Fundo II, Gama Leste, QNR – Ceilândia, Samambaia Sul, Samambaia Norte, Recanto das Emas 1, Recanto das Emas 2
5.1.3	Supervisão das Obras de Construção e Reforma de Terminais de Ônibus Urbanos

5.1.4	Licitação para Reformas de 3 Terminais de Ônibus Urbanos: Gama Setor Central, Sobradinho Centro e Brazlândia Setor Tradicional
5.1.5	Licitação para Alargamento de Pontes e Viadutos na EPTG, aumentando a segurança de veículos e pedestres
5.1.6	Aquisição de Ônibus Adaptado para Fiscalização Operacional do Sistema de Transporte Público Coletivo
5.1.7	Compensação Ambiental - Aquisição de Veículos para Combate a Incêndios Florestais
5.1.8	Compensação Ambiental – Obra de Pavimentação no Jardim Botânico de Brasília
5.1.9	Programa de Educação Sócio-Ambiental
5.1.10	Fortalecimento Institucional - Aquisição de Veículo Adaptado para o Centro Móvel de Apoio Operacional à Fiscalização
5.1.11	Compensação Ambiental – Plantio de Mudanças Nativas do Cerrado

6 – AÇÕES A INICIAR

6.1	AÇÕES A INICIAR
6.1.1	Diretrizes para o Plano de Mobilidade de Pedestres
6.1.2	Estudos e projetos da Rede Cicloviária do DF
6.1.3	Implantação de 3 Passarelas em rodovias do DF (uma na DF-003 e duas na DF-095)
6.1.4	Fortalecimento Institucional - Sistema de Bilhetagem Automática - SBA, componente do ITS (Sistema Inteligente de Transportes)
6.1.5	Fortalecimento Institucional - Aquisição de Softwares para Desenvolvimento de Projetos
6.1.6	Fortalecimento Institucional – Capacitação em Gestão de Transporte Público

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O Programa é gerenciado pela Unidade Especial de Gerenciamento do Programa - UEGP, vinculada ao gabinete da Secretaria de Estado de Mobilidade (antiga Secretaria de Transportes). Foram criadas 3 Unidades de Gerenciamento Local, nos órgãos co-executores do Programa – DER, Novacap e DFTrans;

- Todos os projetos e ações são submetidos à aprovação do BID, e são executados a partir de Licitações Públicas Internacionais (LPI). Todos os editais de licitação submetidos à aprovação do BID e da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

- Todos os editais de licitação são publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, em jornais de grande circulação local e nacional e no site das Nações Unidas, divulgando a todos os países conveniados com o BID.

Att.

Arquiteto Jorge L. M. Nazaré

UEGP/PTU/SEMOB

Coordenador de Execução